

EMBARGADO*NÃO PUBLICAR ATÉ*:

31 de janeiro de 2018 5AM Washington D.C: 8h da manhã em Brasília

**DIREITOS HUMANOS E LIMITES AO PODER GOVERNAMENTAL
PIORARAM EM TODO O MUNDO**

Índice do Estado de Direito 2017-2018 do World Justice Project (WJP) mostra que a lista dos países que caíram no ranking é maior do que as dos que melhoraram

Washington, D.C., 31 de janeiro de 2018 – O World Justice Project (WJP) apresentou hoje o *Índice do Estado de Direito* 2017-2018, que mede o Estado de Direito em 113 países, com base em mais de 110 mil entrevistas feitas a famílias e 3 mil a especialistas. Com dados primários, o *Índice do Estado de Direito* do WJP mede o desempenho dos países em relação ao Estado de Direito utilizando oito fatores: Limites ao Poder Governamental, Ausência de Corrupção, Governo Aberto, Direitos Fundamentais, Ordem e Segurança, Cumprimento Efetivo de Regulamentos, Justiça Civil, e Justiça Penal.

Desde a publicação do último *Índice do Estado de Direito*, em outubro de 2016, a pontuação da maioria dos países no mundo caiu em temas relacionados a direitos humanos, limites ao poder governamental, justiça civil e justiça penal.

A maior queda foi observada no Fator 4, Direitos Fundamentais: 71 do 113 países pioraram neste quesito. Este fator leva em conta critérios como: ausência de discriminação, direito à vida e à segurança, devido processo legal, liberdade de expressão, liberdade religiosa, direito à privacidade, liberdade de associação e direitos trabalhistas. A segunda maior queda foi observada no Fator 1, Limites ao Poder Governamental (que mede se os governantes estão sujeitos à lei): 64 dos 113 países tiveram uma diminuição em suas pontuações.

Além disso, a colocação de 34% dos países caiu, mas 29% melhoraram no ranking, em comparação com o Índice de 2016 – o que ainda assim é uma tendência preocupante. Os outros 37% dos países incluídos no índice mantiveram a posição alcançada no ranking de 2016.

"Somos testemunhas de uma piora global em aspectos fundamentais para o Estado de Direito", comentou William H. Neukom, fundador e CEO do WJP. "Uma redução no cumprimento do Estado de Direito em qualquer lugar é uma ameaça ao desenvolvimento em todas as partes", concluiu.

O país que enfrentou a queda mais visível de posições no ranking deste ano (em comparação ao de 2016) foram as Filipinas, com 18 posições a menos, ficando agora no 88º lugar dos 113 países avaliados no mundo, em 13º frente aos 15 países que fazem parte da região da Ásia Oriental e Pacífico. As quedas mais significativas foram observadas nos fatores Limites ao Poder Governamental, Direitos Fundamentais, Ordem e Segurança, e Justiça Penal. Por outro lado, Burkina Faso, Cazaquistão e Siri Lanka foram os países que mais avançaram no ranking: subiram nove posições em comparação ao Índice de 2016.

Os três primeiros lugares do *Índice do Estado de Direito* 2017-2018 ficaram com a Dinamarca

(1), a Noruega (2) e a Finlândia (3); os últimos três ficaram com o Afeganistão (111), o Camboja (112) e a Venezuela (113). Os três primeiros e os três últimos lugares não mudaram desde a edição de 2016.

Os líderes dos rankings de cada região são: Nepal (Ásia do Sul), Geórgia (Europa Oriental e Ásia Central), Gana (África Subsaariana), Uruguai (América Latina e Caribe), Emirados Árabes Unidos (Oriente Médio e Norte da África), Nova Zelândia (Ásia Oriental e Pacífico), e Dinamarca (Europa Ocidental e América do Norte).

O *Índice do Estado de Direito* do WJP é a principal fonte de dados originais sobre o Estado de Direito no mundo. O Índice se baseia em mais de 110 mil entrevistas feitas a famílias e 3 mil a especialistas para medir como a população mundial em geral percebe o Estado de Direito em experiências práticas e cotidianas. O Índice avalia o desempenho dos países utilizando 44 indicadores, organizados em oito fatores: Limites ao Poder Governamental, Ausência de Corrupção, Governo aberto, Direitos Fundamentais, Ordem e Segurança, Cumprimento Efetivo de Regulamentos, Justiça Civil, e Justiça Penal. As pontuações podem ser comparadas entre todos os países avaliados, ou por regiões, ou por nível de renda.

"O Estado de Direito efetivo é a base de comunidades marcadas pela igualdade, por oportunidades e pela paz", diz William H. Neukom, fundador e CEO do WJP. "Nenhum país já conquistou um Estado de Direito perfeito. O *Índice do Estado de Direito* do WJP é o primeiro passo para estabelecer pontos de referência, informar e direcionar reformas, estimular programas e para aprofundar o reconhecimento e o entendimento da importância fundamental do Estado de Direito", completou.

Destaques regionais:

- **Em uma análise mundial**, os países localizados nas regiões da Europa Ocidental e da América do Norte continuam nas primeiras posições do *Índice do Estado de Direito* do WJP, seguidos pelos países da Ásia Oriental e do Pacífico. Em média, a região do Sudeste Asiático obteve as piores pontuações.
- Os países da **Europa Ocidental e da América do Norte** (União Europeia + Associação Europeia de Livre Comércio + América do Norte) ocupam oito dos primeiros 10 lugares no ranking global, com a Dinamarca permanecendo na primeira posição do 113 países incluídos no estudo, seguida da Noruega. Na região, foram observados pioras nos quesitos Limites ao Poder Governamental, Direitos Fundamentais e Justiça Penal. As principais melhorias podem ser observadas nos quesitos Governo Aberto, e Ordem e Segurança. A Bulgária caiu duas posições e ocupa hoje o último lugar na lista de países desta região (na lista global, ocupa a posição 55 do 113 países analisados).
- Na **África Subsaariana**, o país com a melhor pontuação foi Gana, que tomou o lugar da África do Sul, que ocupava essa posição no Índice de 2016. Gana agora está na posição 43, em todo o mundo. Burkina Faso e Quênia apresentaram as melhorias mais significativas dos 18 países da região: subiram 9 e 5 lugares no ranking global,

respectivamente. Madagascar teve a queda mais visível: caiu oito posições. Em geral, a região mostrou melhorias no quesito Ausência de Corrupção (quatro países registraram aumentos). Nenhum quesito piorou desde 2016.

- **Ásia Oriental e Pacífico** foi a segunda região melhor posicionada, ficando atrás apenas da Europa Ocidental e da América do Norte. A Nova Zelândia e a Austrália continuam ocupando as primeiras posições na região, ocupando as posições 7 e 10 do total do 113 países, respectivamente. No entanto, a pontuação de mais de 2/3 dos países dessa região caiu nesta edição do *Índice do Estado de Direito* do WJP. As Filipinas mostraram uma diminuição significativa, caindo 18 posições: hoje está na posição 88 do 113 países.
- A Geórgia lidera região da **Europa Oriental e Ásia Central**, estando em 38º entre os 113 países do mundo – mesmo tendo caído quatro posições desde 2016. Em uma análise regional, o Cazaquistão mostrou o aumento mais proeminente, subindo nove posições, e chegando ao 64º lugar em todo mundo, enquanto a Bielorrússia caiu oito lugares, e agora se encontra em 65º. A pontuação da região caiu em geral nos quesitos Governo Aberto e Direitos Fundamentais, com tendências negativas em 4 e 3 países, respectivamente. Ao mesmo tempo, quatro países apresentaram melhorias no quesito Ordem e Segurança.
- Na **América Latina e no Caribe**, o país com a melhor nota foi Uruguai, que ocupa a posição 22 entre os 113 países, seguido pela Costa Rica pelo Chile. O Suriname passou pela maior mudança no ranking em comparação 2016, caindo 10 lugares – hoje está na 69ª colocação. Três países da região caíram nos quesitos Limites ao Poder Governamental, enquanto três países melhoraram no fator Governo Aberto. A Venezuela ocupa mais uma vez a última posição entre os 113 países incluídos no índice.
- No **Oriente Médio e no Norte da África**, o país com a melhor avaliação (dos sete incluídos nesta região) foram os Emirados Árabes Unidos, que está em 32º em todo mundo. O Irã subiu seis posições, e agora está em 80º, enquanto o Marrocos caiu sete posições, e hoje ocupa o lugar 67 do 113 países. Tanto Marrocos como Emirados Árabes Unidos mostraram diminuições estatisticamente significativas na pontuação do fator Ausência de Corrupção.
- No **Sul da Ásia**, o Nepal teve a melhor nota, subindo cinco posições para chegar hoje 58º lugar entre os 113 países. À exceção do Afeganistão, que se manteve na posição 111, todos os países desta região melhoraram suas pontuações. O Sri Lanka teve o aumento mais visível, subindo nove posições, para chegar ao lugar 59 dos 113 países.

O relatório completo do *Índice do Estado de Direito* do WJP 2017-2018 – que inclui perfis de países, infográficos, metodologia e opções para download – estará disponível a partir do dia 31 de janeiro no endereço: www.worldjusticeproject.org/rule-of-law-index

Sobre o World Justice Project:

O World Justice Project é uma organização independente e multidisciplinar que trabalhar pra fortalecer o Estado de Direito no mundo. Um Estado de Direito efetivo reduz a corrupção, combate a pobreza e protege as pessoas de injustiças. O Estado de Direito é a base de comunidades marcadas pela igualdade, por oportunidades e pela paz, e é fundamental para o desenvolvimento do capital humano, de um governo responsável e do respeito aos direitos fundamentais. Para conhecer mais sobre nosso trabalho, visite: www.worldjusticeproject.org

Assessoria de Imprensa

press@worldjusticeproject.org

+1 (206) 792-7676

Twitter: @TheWJP